ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CA
01
FOLHA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS
02
FOLHA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

A Exmª. Senhora;
ISALENE RAMOS TORRES;
Vereadora Presidente da Câmara Municipal;
Campos Lindos - TO.

ASSUNTO: Autorização para a contratação de empresa para executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

Exmª. Senhora Vereadora Presidente;

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos solicitar autorização para a abertura de procedimento de dispensa de licitação, objetivando a contratação de empresa para executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

2. Em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/21/2021 que trata das licitações e contratos no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, segue em anexo, Documento de Formalização de Demanda - DFD, contendo as diretrizes, iniciais quanto ao pleno atendimento as necessidades que se apresentam.

Respeitosamente,

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CA
03
FOLH

DFD - Documento de Formalização de Demanda

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

DADOS DO SETOR REQUISITANTE	
Setor Requisitante	Secretaria Administrativa e Tesoureira
Servidor responsável pela Demanda	Dhyecik Maia Barros Gomes
Cargo do responsável pela Demanda	Secretária Administrativa e Tesoureira
Telefone do responsável pela Demanda	(63) 99270-0896

DADOS DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

1. Justificativa da necessidade das contratação da prestação dos serviços, considerando o Planejamento Estratégico.

- Essa solicitação se faz necessária devido a necessidades deste Poder Legislativo Municipal na prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, em conformidade com a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), e de acordo com a Constituição Federal no inciso XXXIII do artigo 5º, inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216, e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, no qual justifica a abertura do presente procedimento, diante da necessidade de atendimento as diversas previsões legais obrigatórias, às variadas demandas de interatividade, publicidade e transparência de seus atos, ações e programas executados, através da divulgação via acesso à rede mundial de computadores, no qual o princípio da publicidade é um vetor da Administração Pública, e diz respeito à obrigação de dar publicidade dos atos oficiais, contratos e instrumentos jurídicos, proporcionando transparência ao serviço público e conferindo a garantia ao cidadão do acesso à informação, possibilitando o pleno exercício de controle sobre os atos da Administração Pública, que deve representar o interesse público, por sua vez, o Diário Oficial da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, será o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos normativos e administrativos deste Poder Legislativo Municipal.

- Dessa forma, em respeito ao princípio da publicidade dos atos administrativos, bem como para reverberar a transparência dos atos do Poder Legislativo Municipal, tendo como pilares fundamentais a legalidade, a celeridade e a otimização dos recursos públicos, em obediência ao artigo 37 da Constituição Federal, se faz necessária a presente contratação para dar continuidade às publicações de atos oficiais e demais matérias de interesse da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, no qual a Vereadora Presidente sempre busca atender as exigência do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e demais leis Federais que regem a administração pública, atendendo sempre aos princípios da legalidade, publicidade e transparência.

- Assim, diante do caso em tela, justifica-se a escolha da modalidade de dispensa de licitação, em

CÂMARA MUN. DE C
04
FOL

Municipal de Campos Lindos - TO.

2. Descrição dos Serviços a serem Contratados

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant. Meses	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de empresa para a execução prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, sendo que o cronograma dos serviços será estabelecido pelo Gabinete da Vereadora Presidente de acordo com as necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - TO, pelo período de 12 (Doze) meses.	Serv.	12	800,00	9.600,00
				Valor Global ..... R$:	**9.600,00**

3. Previsão de data em que deve ser iniciado a prestação dos serviços.

A previsão da prestação dos serviços será a partir da assinatura do contrato até a data de 31 de Dezembro de 2025.

4. Da Dotação Orçamentária

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	ELEMENTO DE DESPESA	NOMECLATURA
01.031.0001.2-004	3.3.90.39.00.00	Manutenção do Administrativo da Câmara
FONTE DE RECURSOS		1.500.0000.000.000 - Recurso Próprio

5 Da Classificação dos Serviços

- A contratação de empresa para executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, se enquadra como serviço comum, sendo caracterizada por uma prestação não continuada, ou seja, eventual, cabendo assim a modalidade de dispensa de licitação de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, ou seja, sob medida, são comuns no mercado, podendo ser eles descritos por características técnicas objetivas e usuais de mercado.

INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Membros da Equipe de Planejamento	Cargos
Dhyecik Maia Barros Gomes	Secretária Administrativa e Tesoureira

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CA
FOLI

Declaro ter tomado ciência de que caberá à equipe de planejamento a elaboração dos estudos preliminares e o gerenciamento de riscos para a contratação da prestação dos serviços discriminados neste documento.

Ao ordenador de despesas, solicitando autorização para contratação bem como emissão da portaria de designação de equipe de planejamento.

Campos Lindos - TO, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2025.

DHYECIK MAIA BARROS GOMES
Secretária Administrativa e Tesoureira

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CA
06
FOLHA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

ÓRGÃO:
- Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

Membros da Equipe de Planejamento	Cargos
Dhyecik Maia Barros Gomes	Secretária Administrativa e Tesoureira
Jaiane Soares Brito	Fiscal de Contrato
Amanda Alves Arruda	Chefe de Controle Interno
Ver. Clailton Soares Machado	Agente de Contratação
Ver. Ideunires Ramos Cruz	Membro
Ver. Eliaquim Ferreira Mendonça	Membro

01 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui uma das etapas do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto e embasar o Termo de Referência ou Projeto Básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.

1.2 Este estudo serve essencialmente para a contratação de empresa para executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente, no qual serão prestado os serviços nas condições aqui estabelecidas.

1.3 A contratação acima se faz necessária, haja visto que não haver sistema próprio junto a este poder Legislativo Municipal, e nem servidor com qualificação necessária para o desenvolvimento de um software próprio para site institucional, necessários ao cumprimento do objeto pretendido, deste feita em cumprimento ao princípio da economicidade e proteção ao patrimônio público, solicita a contratação em tela.

1.4 O presente documento apresenta informações e justificativas que compõem os Estudos Preliminares (EP) e parte do Termo de Referência (TR), as quais deverão subsidiar a elaboração da minuta de termo contratual pela unidade competente. Além disso, são apresentadas, também, as justificativas para os aspectos mais relevantes da contratação, para fins de motivação das decisões adotadas.

02 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Esta solicitação se faz necessária devido a necessidades deste Poder Legislativo Municipal

CÂMARA MUN. DE CAM
07
FOLHA

§ 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216, e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, no qual justifica a abertura do presente procedimento, diante da necessidade de atendimento as diversas previsões legais obrigatórias, às variadas demandas de interatividade, publicidade e transparência de seus atos, ações e programas executados, através da divulgação via acesso à rede mundial de computadores, no qual o princípio da publicidade é um vetor da Administração Pública, e diz respeito à obrigação de dar publicidade dos atos oficiais, contratos e instrumentos jurídicos, proporcionando transparência ao serviço público e conferindo a garantia ao cidadão do acesso à informação, possibilitando o pleno exercício de controle sobre os atos da Administração Pública, que deve representar o interesse público, por sua vez, o Diário Oficial da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, será o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos normativos e administrativos deste Poder Legislativo Municipal.

2.2 Dessa forma, em respeito ao princípio da publicidade dos atos administrativos, bem como para reverberar a transparência dos atos do Poder Legislativo Municipal, tendo como pilares fundamentais a legalidade, a celeridade e a otimização dos recursos públicos, em obediência ao artigo 37 da Constituição Federal, se faz necessária a presente contratação para dar continuidade às publicações de atos oficiais e demais matérias de interesse da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, no qual a Vereadora Presidente sempre busca atender as exigência do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e demais leis Federais que regem a administração pública, atendendo sempre aos princípios da legalidade, publicidade e transparência.

2.3 Assim, diante do caso em tela, justifica-se a escolha da modalidade de dispensa de licitação, em razão do valor estimado para a prestação do serviço, estando em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração, tais como economicidade, a eficiência, a proporcionalidade e a razoabilidade, sem retirar o dever selecionar a melhor proposta, sendo que o procedimento permite que a Administração adquira os serviços em consonância com o artigo 75, inc. II, da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021 e de acordo com as demandas da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

03 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa mediante competição. Deve-se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento à necessidade garantindo-se a contratação.

a) Critério: Contratação de empresa para executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente, se justifica em face ao interesse público de proceder-se, para atender e garantir o fluxo de trabalho, e a otimização dos serviços em prol do interesse público.

CÂMARA MUN. DE CA
08
FOLHA

todas e quaisquer avarias ou danos causado aos bens do contratante, ou a terceiros decorrente de ação ou omissão de seus empregados.

c) Possuir licenças para administrar website, portal da transparência, hospedagens, suporte técnico, em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e a A Lei de Acesso à Informação, Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011.

d) A contratada assume o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras relacionadas ao serviços aqui contratados, a que tiver acesso, mantendo sigilo e comprometendo a não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros, e não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso, e a não se apropriar de material confidencial e/ou sigiloso da tecnologia que venha a ser disponível, e não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas

e) Práticas de Sustentabilidade: NÃO SE APLICA

b) Metodologia de Análise: A análise será realizada pelo fiscal do contrato de acordo com as obrigações do contratante e contratada através de processo encaminhado para os superiores, caso ocorra incidência em maior potencial.

04 - PESQUISA DE MERCADO

4.1 Os preços de referências, foram baseados em pesquisas de preços com empresas de prestação de serviços que tenha ramo de atuação compatível com o objeto pretendido, conforme tabela abaixo, visando estabelece o valor estimado ou máximo da contratação pretendida pelo Poder Legislativo Municipal, no qual busca atender ao princípio da economicidade no qual e obrigação legal estabelecida na Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, que regulamenta a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral na Administração Pública. Nessa pesquisa de mercado deve haver fidedignidade, ou seja, o valor estimado estabelecido necessita estar de acordo com a realidade de mercado.

ITENS	NOMES DAS EMPRESAS	CNPJ/CPF	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**Ana Pricila Sandes Martins - Me**	**40.570.360/0001-43**	**800,00**	**9.600,00**
02	Masteronline Provedor de Internet Scm - Me	12.578.562/0001-04	1.000,00	12.000,00
03	Marcelo Henrique Barbosa Quixabeira - Me	30.092.299/0001-12	1.000,00	12.000,00

05 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1 A estimativa das quantidades à serem contratadas, levou em consideração a demanda existente junto a Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

06 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

CÂMARA MUN. DE CA
09
FOLH

Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

6.2 Em pesquisa de preços, irá verificar o preço médio estimado cobrado no mercado para a prestação dos serviços.

6.3 Os valores cotados serão descritos no anexo deste instrumento.

Itens	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant Meses	Valor Unitário	Valo Tota
01	Contratação de empresa para a execução prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente, sendo que o cronograma dos serviços será estabelecido pelo Gabinete da Vereadora Presidente de acordo com as necessidades do poder Legislativo Municipal.	Serv.	12	800,00	9.600
				Valor Global Estimado .....R$:	**9.600**

6.4 Com vistas a subsidiar a aquisição do presente objeto, realizou-se pesquisa de preços, conforme artigo 23, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021.

> *Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos (Painel de Preços do Governo Federal) e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*
>
> *§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:*
>
> *IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os*

CÂMARA MUN. DE C
FOLH

6.6 Os licitantes, sob risco de responderem por superfaturamento em solidariedade com os agentes públicos, têm a obrigação de oferecer preços que reflitam os paradigmas de mercado, ainda que os valores fixados pela administração no orçamento-base do certame se situem além daquele patamar. (TCU - Acórdão1959/2017 Plenário).

6.7 A realização de pesquisa de preço, objetivando o comportamento de mercado, foi realizado pelo setor de compras e orçamentos da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

07 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1 A Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, buscou utilizar a centralização de contratação da prestação dos serviços da mesma natureza. Tal procedimento revela-se vantajoso e eficiente, gerando economicidade de processo tornando a contratação mais atrativa para o mercado, despertando, assim, maior interesse dos prestadores de serviços, mais para ter mais eficácia nas contratações, a administração optou para realizar a contratação pela modalidade de dispensa de licitação, conforme preceitua o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, Há que considerar então, que os princípios da eficiência e economicidade tão cobrados na administração pública estariam sendo fielmente cumpridos, no qual verificou-se não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala. A contratação é tecnicamente viável e economicamente terá maior aproveitamento do mercado, privilegiando dessa forma os princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

08 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

8.1 Essa solicitação se faz necessária devido a necessidades deste Poder Legislativo Municipal na prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, em conformidade com a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), e de acordo com a Constituição Federal no inciso XXXIII do artigo 5º, inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216, e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, no qual justifica a abertura do presente procedimento, diante da necessidade de atendimento as diversas previsões legais obrigatórias, às variadas demandas de interatividade, publicidade e transparência de seus atos, ações e programas executados, através da divulgação via acesso à rede mundial de computadores, no qual o princípio da publicidade é um vetor da Administração Pública, e diz respeito à obrigação de dar publicidade dos atos oficiais, contratos e instrumentos jurídicos, proporcionando transparência ao serviço público e conferindo a garantia ao cidadão do acesso à informação, possibilitando o pleno exercício de controle sobre os atos da Administração Pública, que deve representar o interesse público, por sua vez, o Diário Oficial da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, será o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos normativos e administrativos deste Poder Legislativo Municipal.

8.2 Dessa forma, em respeito ao princípio da publicidade dos atos administrativos, bem como para reverberar a transparência dos atos do Poder Legislativo Municipal, tendo como pilares fundamentais a legalidade, a celeridade e a otimização dos recursos públicos, em obediência ao

CÂMARA MUN. DE CA
11
FOLHA

8.3 Assim, diante do caso em tela, justifica-se a escolha da modalidade de dispensa de licitação, em razão do valor estimado para a prestação do serviço, estando em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração, tais como economicidade, a eficiência, a proporcionalidade e a razoabilidade, sem retirar o dever selecionar a melhor proposta, sendo que o procedimento permite que a Administração adquira os serviços em consonância com o artigo 75, inc. II, da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021 e de acordo com as demandas da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

09 - INSTITUCIONAL E LEGAL

9.1 Deverão, para a satisfação do procedimento licitatório em sua fase interna e externa, ser observados:

9.2 A licitação será promovida sob o prisma do artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, observando as regulamentações aplicáveis em âmbito Municipal, considerando a natureza do objeto e as condições da contratação;

10 - DURAÇÃO DO CONTRATO.

10.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, ainda, o prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 107 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, bem como poderá ser reajustado o preço conforme artigo e artigo 125 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

10.2 A adoção do prazo se justifica no fundamento da sustentabilidade da contratação, tendo vista que este se demonstra vantajoso para a administração, considerando a natureza e condições da solução adotada.

10.3 No que tange à sustentabilidade, interpretando-a como a manutenção do equilíbrio do ajuste e condições econômico-financeiras da contratação, tal decisão potencializa, também, o fortalecimento da gestão contratual, uma vez que é um prazo razoável e proporcional à solução adotada.

10.4 Por fim, a estipulação deste período se faz necessária por ser adequado à administração, uma vez que está alinhado às práticas atuais, canalizando-a à captação de índices de medição qualitativo e econômico-financeiros - produtos suficientes para a avaliação dos impactos benéficos e onerosos do ajuste.

11 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO A SER CELEBRADO.

11.1 A fiscalização do contrato a ser celebrado com a Câmara Municipal ficara a cargo da Senhora Jaiane Soares Brito.

11.2 Para o exercício da função, o fiscal deverá receber cópias dos documentos essenciais da contratação pelo setor de contratos, a exemplo dos Estudos Preliminares, do ato convocatório e

CÂMARA MUN. DE CA
12
FOLH

11.3 A indicação do gestor, fiscal e seus substitutos caberá a Vereadora Presidente da Câmara Municipal, de acordo com o funcionamento de seus processos de trabalho e sua estrutura organizacional.

11.4 Será facultada a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar as atividades de fiscalização do representante da Administração, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.

11.5 O gestor ou fiscal e seus substitutos deverão elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo.

12 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 Os recursos a serem empregados na presente aquisição será proveniente do orçamento do ano de 2025, conforme tabela abaixo.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	ELEMENTO DE DESPESA	NOMECLATURA
01.031.0001.2.001	3.3.90.39.00.00	Manutenção do Administrativo da Câmara
FONTE DE RECURSOS		1.500.0000.000.000 - Recurso Próprio

13 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1 A contratação de empresa para executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, se enquadra como serviço comum, sendo caracterizada por uma prestação não continuada, ou seja, eventual, cabendo assim a modalidade de dispensa de licitação de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, ou seja, sob medida, são comuns no mercado, podendo ser eles descritos por características técnicas objetivas e usuais de mercado.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1 Os estudos preliminares evidenciaram que a forma de contratação que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos em observância aos princípios da economicidade, eficácia e eficiência apresenta-se por meio de realização de dispensa de licitação e considerando a análise das alternativas de atendimento das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui pela viabilidade da contratação, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

14.2 Diante do exposto, e considerando a necessidade operacional dos serviços com as características proposta, declaro ser viável a contratação pretendida com base neste estudo técnico preliminar.

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAM
13
FOLHAS

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

FASE DA ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 1: Evento(s) que levem ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato e terminem por implicar solução de continuidade na prestação dos serviços.

Probabilidade:
(X) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
Impacto:
(X) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
Dano:
(X) Baixo ( ) Médio ( ) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco Ação: Contínua e apurada fiscalização na verificação da prestação dos serviços, afim de assegurar o cumprimento de todas as obrigações contratuais.
Responsável: Secretária Administrativa e Fiscal de Contatos.

RISCO 2: Restrição orçamentária decorrentes de cortes significativos na Lei Orçamentária que impeça ou prejudique a contratação.

Probabilidade:
(X) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
Impacto:
(X) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
Dano:
(X) Baixo ( ) Médio ( ) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco Ação: Remanejamento de dotações de despesas menos críticas.
Responsável: Equipe de planejamento da contratação.

RISCO 3: Inclusão no termo de referência de exigências que não podem ser atendidas pelo futuro prestado de serviços.
Probabilidade:
(X) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
Impacto:
( ) Baixo (X) Médio ( ) Alto
Dano:
( ) Baixo (X) Médio ( ) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco Ação: Análise de contratações vigentes no mercado.
Responsável: Equipe de planejamento da contratação

CÂMARA MUN. DE CA
14
FOLHA

Probabilidade:
(X) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
Impacto:
( ) Baixo (X) Médio ( ) Alto
Dano:
( ) Baixo (X) Médio ( ) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco Ação: Análise de contratações vigentes no mercado
Responsável: Equipe de planejamento da contratação.

Fase de Seleção do Prestador de Serviços

RISCO 5: Recusa da vencedora em assinar o contrato/inadimplemento total da obrigação.

Probabilidade:
(X) Baixo ( ) Médio (X) Alto
Impacto:
( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto
Dano:
( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco Ação: Termo de referência elaborado com esmero, refletindo o que existe no mercado; ampla pesquisa de preço para obter um preço de referência que possa ser atendido pelo mercado; convocação das demais licitantes classificadas, na ordem de classificação, para assinatura do contrato.
Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação; Equipe responsável pela pesquisa de preços.

Fase de Execução do Contrato

RISCO 6: Atraso no início da execução da prestação dos serviços causando transtornos à regularidade das atividades da Câmara Municipal.

Probabilidade:
(X) Baixo ( ) Médio (X) Alto
Impacto:
( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto
Dano:
( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco Ação: Conclusão, com antecedência necessária, dos procedimentos de assinatura do contrato e demais providências afeitas à sua formalização e publicidade; Reunião de alinhamento com a contratada para acertar os principais pontos da execução da prestação dos serviços, para esclarecimentos etc;
Responsável: Equipe de planejamento da contratação, Setor de contratos e fiscalização do contrato.

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CA
15
FOLH

DESPACHO DA VEREADORA PRESIDENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria da Câmara Municipal, visando à necessidades da contratação direta por dispensa de licitação junto a empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, para executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

DETERMINO, consulta junto a comissão de contratação deste Poder Legislativo Municipal, sobre a viabilidade da contratação direta por dispensa de licitação, com o fim de atender à solicitação efetuada.

Cumpra-se forma determinada.

Gabinete da Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aos 02 dias do mês de Janeiro do ano de 2025.

Isalene Ramos Torres
ISALENE RAMOS TORRES
Vereadora Presidente

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE C
FOLH

TERMO DE REFERENCIA
(ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO)
Fundamento Legal Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/21/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

1. JUSTIFICATIVA

1.1 Essa solicitação se faz necessária devido a necessidades deste Poder Legislativo Municipal na prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, em conformidade com a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), e de acordo com a Constituição Federal no inciso XXXIII do artigo 5º, inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216, e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, no qual justifica a abertura do presente procedimento, diante da necessidade de atendimento as diversas previsões legais obrigatórias, às variadas demandas de interatividade, publicidade e transparência de seus atos, ações e programas executados, através da divulgação via acesso à rede mundial de computadores, no qual o princípio da publicidade é um vetor da Administração Pública, e diz respeito à obrigação de dar publicidade dos atos oficiais, contratos e instrumentos jurídicos, proporcionando transparência ao serviço público e conferindo a garantia ao cidadão do acesso à informação, possibilitando o pleno exercício de controle sobre os atos da Administração Pública, que deve representar o interesse público, por sua vez, o Diário Oficial da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, será o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos normativos e administrativos deste Poder Legislativo Municipal.

1.2 Dessa forma, em respeito ao princípio da publicidade dos atos administrativos, bem como para reverberar a transparência dos atos do Poder Legislativo Municipal, tendo como pilares fundamentais a legalidade, a celeridade e a otimização dos recursos públicos, em obediência ao artigo 37 da Constituição Federal, se faz necessária a presente contratação para dar continuidade às publicações de atos oficiais e demais matérias de interesse da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, no qual a Vereadora Presidente sempre busca atender as exigência do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e demais leis Federais que regem a administração pública, atendendo sempre aos princípios da legalidade, publicidade e transparência.

1.3 Assim, diante do caso em tela, justifica-se a escolha da modalidade de dispensa de licitação, em razão do valor estimado para a prestação do serviço, estando em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração, tais como economicidade, a eficiência, a proporcionalidade e a razoabilidade, sem retirar o dever selecionar a melhor proposta, sendo que o procedimento permite que a Administração adquira os serviços em consonância com o artigo 75, inc. II, da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021 e de acordo com as demandas da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

CÂMARA MUN. DE C... FOLH 17

em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

3. DO PRAZO CONTRATUAL

3.1 O prazo para a execução da prestação dos serviços, e previsto para ser realizado pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025.

4. DA REALIZAÇÃO DAS COTAÇÕES

4.1 Foram realizadas pesquisas de preços conforme quadro abaixo, com os seguintes prestadores de serviços:

ITENS	NOMES DAS EMPRESAS	CNPJ/CPF	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**Ana Pricila Sandes Martins - Me**	**40.570.360/0001-43**	**800,00**	**9.600,00**
02	Masteronline Provedor de Internet Scm - Me	12.578.562/0001-04	1.000,00	12.000,00
03	Marcelo Henrique Barbosa Quixabeira - Me	30.092.299/0001-12	1.000,00	12.000,00

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E VALORES.

Item	Descrição dos Serviços	Quant. Mês	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
01	Contratação de prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.	12	Serv.	800,00	9.600,00
				Valor Global .....R$:	**9.600,00**

6. DA EMPRESA VENCEDORA

6.1. A empresa no qual apresentou a melhor proposta foi a empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº

8. DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada pela CONTRATADA, e originada por ordem de serviço, emitida pela CONTRATANTE, ao gestor responsável pela área de operações da CONTRATANTE, pela prestação dos serviços.

8.2. A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pela prestação de serviços.

8.3. O pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas, uma vez satisfeitas as condições previamente estabelecidas.

8.4. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

8.5. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o atesto a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

8.6. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, e devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1. Prestar os serviços com inteira responsabilidade e em consonância com as exigências do Tribunal de Contas do estado do Tocantins, Tribunal de Contas da União, Lei de Licitações, Lei Orgânica do Município, e ainda em todo e qualquer regulamento atinente ao objeto contratado.

9.2. Executar a prestação de serviço dentro do prazo estabelecido na ordem de serviço.

9.3. Arcar com todas as despesas do serviço e demais despesas necessárias à boa condução dos serviços.

9.4. Arcar com os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou outros de qualquer natureza dos funcionários que estejam sobre sua responsabilidade.

9.5. A contratada assume o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras relacionadas ao serviços aqui contratados, a que tiver acesso, mantendo sigilo e comprometendo a não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros, e não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso, e a não se apropriar de material confidencial e/ou sigiloso da tecnologia que venha a ser

CÂMARA MUN. DE C.
19
FOLH

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.1. Proporcionar todas as facilidades e prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante e necessários ao desenvolvimento das atividades relativas às obrigações assumidas.

10.2. Pagar os valores correspondentes à remuneração do objeto do contrato pactuados neste Termo de Referência.

10.3. Acompanhar e fiscalizar o objeto deste Termo de Referência por meio de agente designado, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências constatadas.

10.4. Atestar os documentos fiscais correspondentes aos serviços contratados, quando executados a contento e aceitos.

10.5. Notificara CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.6. Manter arquivado, junto ao processo administrativo ao qual está vinculado o presente Termo de Referência, toda a documentação referente à contratação.

10.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.

11. DA LEGALIDADE

11.1. Os serviços ora contratados, deverá obedecer ao disposto no artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

12. DAS PENALIDADES

12.1. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

a) Notificação;
b) Advertência;
c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Contratação, devendo ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação;

Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aos 02 dias do mês de Janeiro do ano de 2025.

DHYECIK MAIA BARROS GOMES
Secretária Administrativa e Tesoureira

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS
20
FOLHAS

COTAÇÕES

A.P.Y INFORMATICA
CNPJ: 40.570.360/0001-43
Endereço: Rua Rui Barbosa n°248,
Cep: 77880-00 - Xambioá-TO

CÂMARA MUN. DE CAMP
21
FOLHAS

COTAÇÃO

Àо Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - To REF:

COTAÇÃO DE PREÇOS

Senhora Presidente;

Conforme solicitado, apresentamos nossa Proposta de Preços, relativa à cotação epigrafado, sendo a mesma para a Prestação de serviços Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, pelo período de Janeiro de 2025 a de Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

Planilha:

Itens	Descrição dos Produtos	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024, em conformidade com a lei de acesso à informação e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente	12	Serv.	800,00	9.600,00
				Valor Global R$:	**9.600,00**

Validade da Proposta 30 (trinta) dias. Prazo de fornecimento: 1(doze) mês, prorrogáveis por iguais períodos. Condições de Pagamento - 10 (dez) dias após o mês de efetivação do fornecimento.

Xambioá (TO), 02 de janeiro de 2025.

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAM
22
FOLHA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

Da: Comissão de Contratação.

Para: Vereadora Presidente da Câmara Municipal.

A Comissão de contratação da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, tendo em vista a necessidade da contratação de empresa para executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir as necessidades junto ao Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$: 62.725,59 (Sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras;

DAS RAZÕES DE ESCOLHA DO FORNECEDOR

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços junto a prestadores de serviços, tendo a empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, apresentado o melhor preço, e também compatíveis com os praticados no mercado.

A prestação de serviço disponibilizado supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando está vinculada apenas à verificação do critério do menor preço.

CÂMARA MUN. DE CA
23
FOLHA

A despeito desta assertiva, o artigo 23, inciso IV da lei n. 14.133/2021 diz:

Artigo 23, inciso IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

No caso em questão verificamos que houve uma previa cotação de preços, e como já foi dito, trata-se de situação pertinente a Dispensa de Licitação.

De acordo com a Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 62 da Lei Federal nº 14.133/21, em seus incisos I, II, III e IV.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

VII – DA ESCOLHA

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação dos serviços pretendidos, foi:

- ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, no valor mensal de R$: 800,00 (Oitocentos reais) brutos, perfazendo nos 12 (Doze) meses um valor global de R$: 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais) brutos.

CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço similar, podendo a Administração contrata-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000,

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAM
24
FOLHAS

Então, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, submetemos a presente justificativa a Excelentíssima Senhora Vereadora Presidente para apreciação e posterior autorização, ressaltando que em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração contrata-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Sala da comissão de contratação da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2025.

Ver. Eliaquim Ferreira Mendonça
Membro

Ver. Ideunires Ramos Cruz
Membro

Ver. Clailton Soares Machado
Agente de Contratação

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS
25
FOLHA

DESPACHO PARA ASSESSORIA JURÍDICA
VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal e o despacho da Vereadora Presidente deste Poder Legislativo do Município de Campos Lindos - TO, no qual solicita parecer a cerca da contratação direta por dispensa de licitação junto a empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, para executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

CONSIDERANDO que esta contratação é de extrema necessidade para que não haja paralisações das atividades legislativas municipais, destinado a suprir as necessidades junto a este Poder Legislativo Municipal e tendo em vista que os preços propostos estão dentro dos praticado no mercado, conforme cotações efetuadas;

DETERMINO, através do presente ato que seja realizada a consulta da assessoria Jurídica do Poder Legislativo Municipal para a emissão de parecer para a viabilidade da possível contratação por dispensa de licitação.

Cumpra-se forma determinada.

Gabinete da Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, Estado do Tocantins, aos 02 dias do mês de Janeiro do ano de 2025.

ISALENE RAMOS TORRES

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS TO
26
FOLHAS

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º ___/2025.

Contrato de prestação de serviços de que entre si fazem, de um lado a Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob N.º 25.063.975/0001-90, neste ato representado pela atual Vereadora Presidente da Câmara Municipal a Senhora ISALENE RAMOS TORRES, brasileira, portador do CPF: 976.033.091-15 e RG: 446.433 - SSP/TO, com residência e domiciliado neste Município de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aqui denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ: _____, localizada na _____, aqui denominado simplesmente CONTRATADO, de acordo com a Dispensa de Licitação nº ___/2025, e as cláusulas e condições seguintes:

JUSTIFICATIVA; A celebração da presente dispensa de licitação, está de acordo com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

DO OBJETO E PRAZO.

CLÁUSULA PRIMEIRA: por força deste contrato fica o CONTRATADO obrigado a fazer a prestação de serviços de _____, destinado a suprir as necessidades deste Poder Legislativo em virtude da demanda existente pelo período de __ de _____ de 2025 a __ de _____ de 2025.

DO VALOR

CLÁUSULA SEGUNDA: pelos serviços aqui contratados, pagará o CONTRATANTE ao CONTRADO a importância Justa e certa no valor global de R$: _____ (_____) brutos, no qual serão pagãos em __ (___) parcelas no valor cada de R$: ____ (_____) brutos, no qual serão pagos de acordo com a execução dos serviços ou a disponibilidade financeira, ficando reconhecidos os direitos do Poder Legislativo Municipal em caso de rescisão administrativa conforme artigo 138 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, aplicando-se ao presente contrato as normas do Direito Civil Brasileiro, nos casos omissos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: _____ – _____ – Elemento de Despesa - _____ - _____.

DAS RESPONSABILIDADES
DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA se compromete a executar a prestar os serviços com inteira responsabilidade e em consonância com as exigências do Tribunal de Contas do estado do Tocantins, Tribunal de Contas da União, Lei de Licitações, Lei e Normas de Convênios, Lei Orgânica do Município, e ainda em todo e qualquer regulamento atinente ao objeto contratado.

CÂMARA MUN. DE CAM
27
FOLHA

2021, como também poderá ser reajustado o preço conforme artigo e artigo 125 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

CLÁUSULA SEXTA: Fornecer, sempre que solicitado, documentos que comprovem a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como os que comprovem a regularidade de situação de seus empregados.

CLÁUSULA SETIMA: executar os serviços de acordo com as especificações e quantidades conforme solicitados neste Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA: Executar os serviços dentro do prazo estabelecido no presente Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA: Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

CLÁUSULA DECIMA: Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa da vencedora ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidas por força de Lei, ligados ao cumprimento da presente contratação.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: Ser a única e exclusiva responsável pela mão de obra aplicada para execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: Manter, para fiel atendimento do objeto do presente termo de referência, em perfeito estado de funcionamento, manutenção e desempenho, os equipamentos utilizados na execução dos serviços, obedecendo todas as normas aplicáveis.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: Prestar os serviços de forma adequada e segura, respeitando toda a legislação vigente incidente sobre o objeto do contrato, em especial.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA: Reparar ou refazer, sem qualquer ônus para a contratante, os serviços que, a critério da Câmara Municipal e orçamentos, não tenham sido bem executados ou que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA: Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência e no edital.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA: Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente credenciamento, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

CÂMARA MUN. DE CAM
28
FOLHA

CLÁUSULA DECIMA OITAVA: A inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA DECIMA NONA: Se submeter às normas vigentes da Câmara Municipal, bem como outras que vierem a ser editadas, quanto ao fluxo de atendimento.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Caberá à contratante, às suas expensas, dentre outras obrigações legais e/ou constantes do presente termo de referência:

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Efetuar o pagamento à vencedora até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após o recebimento do serviço, contra apresentação da Nota Fiscal/Fatura, mediante liberação pelo controle interno;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato através de servidor designado para este fim.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto contratado;

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Solicitar a reparação dos serviços que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita ou apresentar defeito ou falhas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada os serviços;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SETIMA: Fiscalizar a entrega dos serviços, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste termo de referência e no edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: Disponibilizar local para a prestação dos serviços e organização de todos os documentos físicos proeminentes de prestação de contas, relatórios e projetos desenvolvidos no âmbito da municipalidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: As despesas com diárias de viagens quando a serviços fora do Município, abastecimentos, inscrições de cursos de capacitação e os materiais necessários para a execução da prestação dos serviços do presente contrato, correrão por conta da contratante.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: A qualquer das partes que der motivo à rescisão do

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, sema incidência de ônus, nas hipóteses dos artigos 137 e 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

PARAGRAFO ÚNICO: Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções do artigo 139, inciso III da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

DO FORO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: De comum acordo, fica eleito o Foro da Comarca de Goiatins, Estado do Tocantins, para dirigir as dúvidas oriundas do presente contrato, excluindo qualquer, outro, por mais privilegiado que seja.

Campos Lindos - TO, __ de _____ de 2025.

CONTRATANTE: ISALENE RAMOS TORRES
Vereadora Presidente

CONTRATADO: XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: _____

TESTEMUNHAS:

1ª - _____
CPF:

2ª - _____
CPF:

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS

CÂMARA MUN. DE CAM
30
FOLHA

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025.
INTERESSADA: Câmara Municipal de Campos Lindos/To.
ASSUNTO: Parecer Jurídico relativo ao processo de contratação direta, por meio de dispensa de licitação em razão do valor, na contratação de prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da imprensa oficial – diário oficial eletrônico da Câmara Municipal, destinados a suprir as necessidades junto ao Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - To pelo período de janeiro de 2025 a dezembro de 2025.

PARECER JURÍDICO. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR. ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 ANÁLISE PELA ASSESSORIA JURÍDICA NA FORMA DA LEI PARECER FAVORÁVEL.

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de consulta jurídica acerca do processo administrativo de contratação direta, por mei de dispensa de licitação em razão do valor, na contratação de prestação de serviços de implantação treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da imprensa oficial diário oficial eletrônico da Câmara Municipal, dentre outras descritas no Termo de Referência, destinados suprir as necessidades junto ao Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - To, pelo período de janeir de 2025 a dezembro de 2025.

As condições estabelecidas na presente contratação se subordinam às normas aplicáveis especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, ao Decreto Federal nº 11.871/2023 e suas alterações e demais legislações pertinentes.

Para instruir os autos foram juntados, além de outros, os seguintes documentos: Termo de abertura, Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Gerenciamento de Riscos, Termo de Referência, Pesquisa de Preços, Justificativa para dispensa, Minuta do Contrato.

Assim, instruído o processo com documentos especificados, fora remetido a esta Assessoria Jurídica, para emissão de parecer acerca da legalidade do procedimento nos termos do art. 53, § 1º, incisos I e II da Lei Federal nº: 14.133/2021.

II – PRELIMINARMENTE

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
> § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
> I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
> II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

CÂMARA MUN. DE CA
31
FOLHA

demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

> Enunciado BPC nº 7
> *"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento. "*

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos. **De outro lado, cabe esclarecer que não papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agent público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados**.

Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro d competências. Finalmente, deve-se salientar que **determinadas observações são feitas sem caráte vinculativo,** mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro d margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Nã obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento d processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

A presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com a disposições fixadas na Nova Lei de Licitações, em especial no que tange a possibilidade legal de contrataçã direta dos serviços/aquisições, por meio de dispensa de licitação, tendo por fundamento o artigo 75, inciso da Lei Federal nº 14.133/2021 e que justificadamente, tenha por fim atender ao interesse público.

Como se sabe, o procedimento licitatório é a regra para realização de compras, serviços, obras alienações por parte da Administração Pública, conforme estabelece a Constituição Federal. Contudo, próprio texto da Carta vislumbra exceções, conforme o exposto a seguir:

> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distr Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidad eficiência e, também, ao seguinte:
> (...)
> **XXI – ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações se contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econôm

CÂMARA MUN. DE CA
32
FOLHA

A lei que regulamenta o referido dispositivo, dispõe, no seu teor, quais as situações se caracterizam no âmbito da ressalva prevista. O regulamento da norma constitucional existente se trata da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Vejamos:

> Art. 75. É dispensável a licitação:
> II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

É oportuno observar que a indicação do artigo/inciso acima sofreu alteração a partir do **Decreto n.º 12.343, de 30 de dezembro de 2024,** que atualizou o valor estabelecido para o **exercício de 2025:**

> Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.
> (...)
>
> ANEXO
> ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Art. 75, caput, inciso II	**R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**

O caso em análise se amolda à condição de "serviços". Como se verifica, pela adoção da nov lei é permitida a prática da dispensa de licitação nos moldes do inciso II do artigo acima citado. Aliado a isso constatamos que a prestação de serviços apontada no processo administrativo tem como valor global montante de R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), estando, portanto, **dentro do limite permitido par dispensa de licitação.**

Logo, a dispensa de licitação ocorre quando, embora exista a viabilidade de realização d certame licitatório, este não é realizado por ser inoportuno ou inconveniente para a Administração, indo d encontro ao interesse público.

Assim, é inviável a realização de uma licitação para a referida contratação, pois é considerad pela legislação como dispensável, tendo em vista a maior complexidade do certame licitatório, bem como custo para a sua realização. A Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aduz, ainda que:

> Art. 75. É dispensável a licitação:
> (...)
> § 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput des artigo, deverão ser observados:
> I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;
> II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aquel relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Observa-se que nos autos do processo administrativo há a obediência aos requisitos lega exigidos, notadamente a obediência ao somatório dos valores e ao objeto contratado.

Na linha de raciocínio aqui sufragada, constata-se que, para haver respaldo legal, a contrataç direta deve se basear em justificativas. A justificativa de Dispensa de Licitação para a contratação d referidos serviços se funda no inciso II, do artigo 75, da Lei 14.133/2021.

Nessa vereda, e seguindo a recomendação contida na nova lei de licitações, no sentido de q

CÂMARA MUN. DE C
3
FOLI

contratação direta dos serviços, através de dispensa de licitação, com fundamento na Nova Lei de Licitações, desde que observados os requisitos fixados no artigo 72, da Lei nº 14.133/21, a saber:

Na contratação direta não é realizada a licitação, porém, haverá um processo, denominado "processo de contratação direta", onde a administração deve demonstrar, a admissão da contratação sem licitação, indicando, no que couber, os documentos listados no art. 72 da referida lei citada.

Destaca-se, ainda, que nos autos constam os documentos de formalização de demanda, estudo técnico preliminar e termo de referência, mapa de gerenciamento de risco, pesquisa de preços, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto requisitado.

Por ora, vejo que a servidora Dhyecik Maia Barros Gomes, lotada no cargo de Secretária Administrativa e Tesouraria é responsável pela parte da fase preparatória do processo de contratação direta como a elaboração do DFD, ETP e TR. Na aplicação da Lei nº: 14.133/2021 deve ser observado dentre outros princípios, o da **segregação de funções**. Nesta senda, é preciso que a autoridade máxima analise se realmente está promovendo gestão por competência do órgão para reduzir a possibilidade de erros nomeando um único servidor para elaboração dessas etapas, cabendo a esta autoridade **observar o estabelecido no Art. 7º, § 1º da referida Lei.**

Por consequente, quanto as condições para realização de pesquisa de preço para formação do valor estimado de referência, denota-se que o valor estimado deve ser definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização **dos parâmetros adotados de forma combinada ou não prevista no art. § 1 do art. 23 da NLLC.** Examinando os autos, a administração adotou uma única forma para aferir o valor estimado da contratação, qual seja, a pesquisa direta com fornecedores, logo o enunciado do Acórdã 1875/2021-TCU-Plenário **recomenda:**

> "As pesquisas de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral devem ser baseada em uma "cesta de preços", devendo-se dar preferência para preços praticados no âmbito da Administraçã Pública, oriundos de outros certames. A pesquisa de preços feita exclusivamente junto a fornecedores dev ser utilizada em último caso, na ausência de preços obtidos em contratações públicas anteriores ou cesta de preços referenciais (Instrução Normativa Seges-ME 73/2020)."

Seguindo, conforme previsto no artigo 75, § 3º, da Nova Lei de Licitações, as contratações diretas, pelo valor, serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pel prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação d interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo se selecionada a proposta mais vantajosa.

Destarte, podemos verificar que no caso em tela, que pelo processo até aqui analisado, qua seja, "fase preparatória", restam configurados todos os elementos necessários para a contratação almejada bem como, estão presentes os princípios norteadores do direito administrativo, mormente o da legalidade, d interesse público, menor onerosidade, dentre outros, não havendo até o presente momento qualque irregularidade aparente que possa macular o feito.

Todavia, não obstante se tratar de situação de dispensa do procedimento licitatório, ressalto qu todas as outras condições de habilitação para contratar com a Administração devem ser atendidas, num sequência lógica, na conformidade da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CÂMARA MUN. DE C
3
FOL

> "Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:
> I - jurídica;
> II - técnica;
> III - fiscal, social e trabalhista;
> IV - econômico-financeira".

Por oportuno, é dispensável o instrumento de contrato, conforme faculta o art. 95 da lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, podendo o mesmo ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 92 do referido diploma legal.

Entretanto, por vigorar na Administração Pública o princípio da motivação e o da publicidade, se recomenda a elaboração de termo escrito, nas modalidades previstas no artigo acima, preferencialmente, o contrato administrativo, em obediência a previsão contida no artigo 22, § 1º, e artigo 50, § 3º, da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, aplicado, por analogia, ao caso em análise.

É imperioso destacar que a atividade administrativa se subordina, dentre outros, ao princípio da legalidade, o que impõe ao agente público a observância aos ditames legais para firmar contratações, ainda que de licitações dispensadas, para atender o interesse público.

Quanto às certidões que atestam a regularidade fiscal da contratada, é oportuno enfatizar que devem ser sempre juntadas, e verificados os prazos de validade, devendo as mesmas, se vencidas, serem atualizadas antes da contratação pretendida, para a adequada e regular instrução do feito.

Igualmente, cabe lembrar que a contratada deverá manter a condição de regularidade fiscal durante toda a execução da avença, cumprindo à Administração Pública empreender, nesse particular, devida fiscalização.

Recomenda-se que, após a assinatura do Contrato, seja providenciada a **publicação do se extrato no Diário Oficial**, para a devida produção dos seus efeitos jurídicos. Vejamos o que dispõe **Acórdão 1855/2018-TCU-Plenário:**

> "Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem promover a publicação do inteiro teor d todos os seus contratos administrativos, inclusive anexos e aditivos, em seus sítios oficiais na Internet, e atendimento ao art. 8º, § 1º, inciso IV, da Lei 12.527/2011 (LAI), preferencialmente em formato aberto (a 8º, § 3º, inciso III, da mesma Lei) e que permita a pesquisa de texto."

Na mesma oportunidade, frisa-se que o **contrato** e seus aditamentos só terão eficácia quand **divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas** (PNCP). Os contratos decorrentes de processo de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem ser **publicados no prazo de até 10 (dez) dias úte** também contados a partir da data de assinatura. (art. 94, II da Lei nº: 14133/2021)

IV - DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, abstraindo-nos dos aspectos técnicos e administrativos relativos à conveniên

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS

Este é o parecer, o qual submeto à apreciação e consideração da autoridade competente.

Campos Lindos - To, aos 03 dias do mês de Janeiro de 2025.

LEIDIANE DIAS GALDINO SARAIVA

Assinado de forma digital por LEIDIANE DIAS GALDINO SARAIVA

LEIDIANE DIAS GALDINO SARAIVA
OAB/TO: 6503

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CA
36
FOLH

AUTUAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

A comissão de contratação da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, reunida na sala da Comissão na sede do órgão, sito na Rua Leonilio Soares Gil Nº 80 - Centro - CEP: 77.777-000, Campos Lindos - TO, em conformidade com o que dispõe o caput do artigo n. 54 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, resolvem numerar sob o nº. 004/2025, na modalidade de Dispensa de Licitação, cujo o objetivo e a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

Sala da comissão de contratação da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aos 03 dias do mês de Janeiro de 2025.

Ver. Eliaquim Ferreira Mendonça
Membro

Ver. Ideunires Ramos Cruz
Membro

Ver. Clailton Soares Machado
Agente de Contratação.

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CA
37
FOLHA

DESPACHO DA VEREADORA PRESIDENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

A Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, como também nas disposições contidas na Lei Federal 14.133 de 01 de Abril de 2021, autoriza a Comissão de contratação, a proceder a analise do procedimento para a contratação por dispensa de licitação da empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, para executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

Gabinete da Vereadora Presidente Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aos 03 dias do mês de Janeiro de 2025.

ISALENE RAMOS TORRES
Vereadora Presidente

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAM
38
FOLHA

DESPACHO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

Do: Agente de Contratação;

Para: Gabinete da Vereadora Presidente.

Senhora Vereadora Presidente,

À vista de seu questionamento nos termos do despacho, integrante deste processo opinou pela contratação por dispensa de licitação da empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, para executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

O fundamento da contratação da Instituição está no caput do artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 da lei de Licitações e contratos Administrativos, por dito dispositivo a contratação será legítima, pois está respeitando o princípio da legalidade e economicidade, de outra parte, o valor a ser pago enquadra-se no limite de dispensa.

A solicitação de Vossa Senhoria, ademais, foi discutida em reunião desta comissão e o presente entendimento foi aprovado pela unanimidade de seus membros.

Campos Lindos - TO, aos 03 dias do mês de Janeiro de 2025.

VER. CLAILTON SOARES MACHADO
Agente de Contratação

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS
39
FOLHA

MEMORANDO INTERNO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

03 de Janeiro de 2025

Da: **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO;**

Para: **SETOR DE CONTROLE INTERNO.**

ASSUNTO: SOLICITA INFORMAÇÃO SOBRE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Com vistas à abertura de processo de dispensa de licitação que visa a contratação da empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, para executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

Solicitamos informações sobre dotação orçamentária e elemento de despesas.

Atenciosamente,

VER. CLAILTON SOARES MACHADO
Agente de Contratação

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CA
40
FOLHA

MEMORANDO INTERNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

Do: **SETOR DE COTROLE INTERNO.**

Para: **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.**

ASSUNTO: INFORMAÇÕES SOBRE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ref: Prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

Comunicamos que existe recurso orçamentário para a devida contratação solicitada, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

CONFORME DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESAS	NOMECLATURA
01.031.0001.2-004	3.3.90.39.00.00	Manutenção do Administrativo da Câmara.
FONTE DE RECURSOS	1.500.0000.000.000 - Recurso Próprio	

Câmara Municipal de Campos Lindos, 03 de Janeiro de 2025.

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAM
41
FOLHAS

CERTIDÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

CERTIFICAMOS para o fim do disposto no Art. 16, II, da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04 de junho de 2000, e para efeito de contratação da empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, em virtude da demanda existente, que a despesa tem adequação orçamentária e financeira anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, sendo constatada a existência de dotação orçamentária abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.031.0001.2-004 - Manutenção do Administrativo da Câmara

ELEMENTO DE DESPESA:
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica.

FONTE DE RECURSOS:
1.500.0000000000 - Recursos Próprio

Sala da Secretária Administrativa da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, aos 03 dias do mês Janeiro de 2025.

DHYECIK MAIA BARROS GOMES

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAM
42
FOLHA

CERTIDÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

CERTIFICO para os devidos fins que se fizerem necessários que de acordo com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, referente à Dispensa de Licitação para a contratação da empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, para executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente, foi publicado no placar Oficial deste Órgão no dia 03 de Janeiro de 2025, devendo permanecer assim por 30 (trinta) dias.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campos Lindos - TO, 03 de Janeiro de 2025.

Dhyecik Maia Barros Gomes

DHYECIK MAIA BARROS GOMES
Secretária Administrativa e Tesoureira

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAM
43
FOLHA

PARECER DO CONTROLE INTERNO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

O Processo em analise por esse controle é referente ao procedimento licitatório realizado na modalidade Dispensa de Licitação nº 004/2025, objetivando a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

O administrador pode fazer a contratação direta, desde que movido pelo interesse público, fazer uso da discricionariedade que lhe foi conferida pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

É o relatório.

DO CONTROLE INTERNO

Os Artigos 31, 70 e 74 da CF/88, determinam as competências do controle interno na administração pública municipal, surgiu da necessidade de assegurar aos gestores o cumprimento das leis, normas e políticas vigentes, através do estabelecimento de mecanismos de controle que possibilitem informações à sociedade, impedindo a ocorrência de fraudes e desperdícios, servindo de instrumento que visa garantir a efetividade, a produtividade, a economicidade e a rapidez na prestação do serviço público.

O controle interno é fundamental para se atingir resultados favoráveis em qualquer organização. Na gestão pública os mecanismos de controle existentes previnem o erro, a fraude e o desperdício, trazendo benefícios à população.

DA ANÁLISE DO PROCESSO

O procedimento administrativo instalado para realização da Licitação na modalidade Dispensa de Licitação, cuja regulamentação consta com fulcro no artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, cuja aplicação é subsidiária nessa modalidade de licitação.

Verificamos que o procedimento obedeceu aos Princípios Administrativos, estando subordinada a Lei de Licitação 14.133 de 01 de Abril de 2021, tendo como

CÂMARA MUN. DE CAM
44
FOLHA

Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinados a suprir as necessidades junto a Câmara Municipal, em virtude da demanda existente.

Analisamos toda a documentação e constatamos que estão regulares e obedeceram aos requisitos do Edital;

1 - Solicitação da despesa por parte da Secretaria administrativa deste Poder Legislativo.
2 - Despacho da Vereadora Presidente sobrea a viabilidade de abertura de licitação.
3 - Despacho do Agente de Contratação para a assessoria Jurídica sobre a viabilidade de contratação.
4 - Parecer da Assessoria Jurídica.
6- Autuação da Comissão de contratação
7 - Despacho da Vereadora Presidente para prosseguimento da licitação.
8 - Despacho da comissão de contratação.
9 - Memorando da comissão de contratação solicitando a existência de recurso orçamentário.
10 - Despacho atestando a capacidade financeira de arcar com a despesa e a dotação orçamentária feita pelo Setor de Contabilidade.
11 - Despacho para a homologação da Vereadora Presidente.

CONCLUSÃO:

Após o exame dos itens que compõem a análise do procedimento licitatório, assim como, atendidas as condições habilitarias do procedimento na modalidade de Dispensa de Licitação, a contratação se dará em virtude do valor do custo dos cursos se enquadrar dentro do limite de dispensa de licitação, conforme previas cotações em anexo a este processo e de acordo com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, sendo que a proposta vencedora foi a da empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, no qual ofertou o menor preço, estando de acordo com os preços de mercado e está devidamente habilitado, existindo previsão orçamentária para realização das despesas previstas.

Assim, após o exame do processo, entendemos que o mesmo está de acordo com a legislação vigente e apto para que seja dado prosseguimento às demais etapas subsequentes.

É o parecer.

Campos Lindos - TO, 03 de Janeiro de 2025.

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAM
45
FOLHA

CERTIDÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

CERTIFICO para os devidos fins que se fizerem necessários que de acordo com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, referente à Dispensa de Licitação para a contratação junto a empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, para fazer executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, para atendimento do junto a Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente, foi publicado no placar Oficial deste Órgão no dia 03 de Janeiro de 2025, devendo permanecer assim por 30 (trinta) dias.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campos Lindos - TO, 03 de Janeiro de 2025.

Isalene Ramos Torres
ISALENE RAMOS TORRES
Vereadora Presidente

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS
46
FOLHAS

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DA VEREADORA PRESIDENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITACAO Nº 004/2025.

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

Considerando, que o presente procedimento encontra-se de conformidade com a legislação pertinente, e o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, de acordo com os pareceres do Departamento Jurídico e Comissão de contratação, HOMOLOGO a dispensa de licitação, cujo o objetivo e a contratação da empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, para executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir as necessidades junto a Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

Cumpridas as formalidades, publique-se e cumpra-se,

Campos Lindos - TO, 03 de Janeiro de 2025.

Isalene Ramos Torres
ISALENE RAMOS TORRES

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS - TO
47
FOLHAS

EXTRATO DO CONTRATO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

PARTES SIGNATÁRIAS:

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS - TO;
CONTRATADO: ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME;
CNPJ: 40.570.360/0001-43;
END: RUA RUI BARBOSA Nº 248, CEP: 77.880-000, CENTRO;
CIDADE: XAMBIOÁ - TO.

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 006/2025.

VALOR MENSAL ..... R$: 800,00 (Oitocentos reais) brutos.
VALOR GLOBAL ..... R$: 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais) brutos.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Dispensa de licitação nº 004/2025.

BASE LEGAL: Artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

DATA DE ASSINATURA: 03 de Janeiro de 2025.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001.2-004 - Manutenção do Administrativo da Câmara

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica.

FONTE DE RECURSO: 1.500.0000.000.000 - Recurso Próprio.

Campos Lindos - TO, 03 de Janeiro de 2025.

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
48
FOLHAS

DECRETO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

"Dispõe sobre a dispensa de licitação para a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins".

A Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, especialmente ao que dispõe na Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, e com fulcro no que estabelece o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, visando a contratação direta por dispensa de licitação de empresa para executar a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

CONSIDERANDO que esta contratação é de extrema necessidade para que não haja paralisações dos serviços essenciais do Poder Legislativo deste Município de Campos Lindos - TO, tendo em vista que e direito fundamental garantido pela Magna Carta de 1.988, e sua falta caracteriza prejuízo a um serviço público essencial, o que abre espaço para a realização do contrato na forma da lei.

DETERMINO, através do presente ato e após consulta realizada a assessoria Jurídica do Poder Legislativo Municipal e a emissão do parecer para a viabilidade da Prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

RESOLVE:

Art.1º-Fica autorizada a contratação direta, por dispensa de licitação, junto a empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, de acordo com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aos 03

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS
49
FOLHAS

ORDEM DE FOMALIZAÇÃO DE CONTRATO
DECRETO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

A Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, através de sua Vereadora Presidente a Senhora ISALENE RAMOS TORRES, autoriza a formalização do contrato junto à empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, cujo o objetivo e a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente, conforme proposta apresentada no valor mensal de R$: 800,00 (Oitocentos reais) brutos, perfazendo nos 12 (Doze) Global de R$: 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais) brutos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001.2-004 - Manutenção do Administrativo da Câmara
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica.
FONTE DE RECURSO: 1.500.0000000000 - Recurso Próprio.

Campos Lindos - TO, 03 de Janeiro de 2025.

Isalene Ramos Torres

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CA
50
FOLHA
O

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 006/2025.

Contrato de prestação de serviços de que entre si fazem, de um lado a Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob N.º 25.063.975/0001-90, neste ato representado pela atual Vereadora Presidente da Câmara Municipal a Senhora ISALENE RAMOS TORRES, brasileira, portador do CPF: 976.033.091-15 e RG: 446.433 - SSP/TO, com residência e domiciliado neste Município de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aqui denominada simplesmente CONTRATANTE , e do outro lado a empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, aqui denominado simplesmente CONTRATADO, de acordo com a Dispensa de Licitação nº 004/2025, e as cláusulas e condições seguintes:

JUSTIFICATIVA; A celebração da presente dispensa de licitação, está de acordo com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

DO OBJETO E PRAZO.

CLÁUSULA PRIMEIRA: por força deste contrato fica o CONTRATADO obrigado a fazer a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir as necessidades deste Poder Legislativo em virtude da demanda existente pelo período de 03 de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2025.

DO VALOR

CLÁUSULA SEGUNDA: pelos serviços aqui contratados, pagará o CONTRATANTE ao CONTRADO a importância Justa e certa no valor global de R$: 800,00 (Oitocentos reais) brutos, perfazendo nos 12 (Doze) Global de R$: 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais) brutos, no qual serão pagos de acordo com a execução dos serviços ou a disponibilidade financeira, ficando reconhecidos os direitos do Poder Legislativo Municipal em caso de rescisão administrativa conforme artigo 138 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, aplicando-se ao presente contrato as normas do Direito Civil Brasileiro, nos casos omissos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 01.031.0001.2-004 - Manutenção do Administrativo da Câmara - Elemento de Despesa - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica - Fonte de Recurso: 1.500.0000000000 - Recurso Próprio.

DAS RESPONSABILIDADES
DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
51
FOLHAS

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA se compromete a executar a prestação dos serviços de acordo com o estabelecido neste contrato, desde que a CONTRATANTE cumpra em tempo hábil os encargos de suas responsabilidades, aqui estabelecidos, podendo ter sua vigência prorrogada por iguais e sucessivos períodos de acordo com o que preceitua o artigo 107 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, como também poderá ser reajustado o preço conforme artigo e artigo 125 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

CLÁUSULA SEXTA: Fornecer, sempre que solicitado, documentos que comprovem a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como os que comprovem a regularidade de situação de seus empregados.

CLÁUSULA SETIMA: executar os serviços de acordo com as especificações e quantidades conforme solicitados neste Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA: Executar os serviços dentro do prazo estabelecido no presente Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA: Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

CLÁUSULA DECIMA: Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa da vencedora ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidas por força de Lei, ligados ao cumprimento da presente contratação.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: Ser a única e exclusiva responsável pela mão de obra aplicada para execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: Manter, para fiel atendimento do objeto do presente termo de referência, em perfeito estado de funcionamento, manutenção e desempenho, os equipamentos utilizados na execução dos serviços, obedecendo todas as normas aplicáveis.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: Prestar os serviços de forma adequada e segura, respeitando toda a legislação vigente incidente sobre o objeto do contrato, em especial.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA: Reparar ou refazer, sem qualquer ônus para a contratante, os serviços que, a critério da Câmara Municipal e orçamentos, não tenham sido bem executados ou que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA: Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência e no edital.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA: Apresentar durante a execução do contrato, se

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS
52
FOLHAS

CLÁUSULA DECIMA SETIMA: Responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA: A inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA DECIMA NONA: Se submeter às normas vigentes da Câmara Municipal, bem como outras que vierem a ser editadas, quanto ao fluxo de atendimento.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Caberá à contratante, às suas expensas, dentre outras obrigações legais e/ou constantes do presente termo de referência:

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Efetuar o pagamento à vencedora até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após o recebimento do serviço, contra apresentação da Nota Fiscal/Fatura, mediante liberação pelo controle interno;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato através de servidor designado para este fim.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto contratado;

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Solicitar a reparação dos serviços que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita ou apresentar defeito ou falhas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada os serviços;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SETIMA: Fiscalizar a entrega dos serviços, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste termo de referência e no edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: Disponibilizar local para a prestação dos serviços e organização de todos os documentos físicos proeminentes de prestação de contas, relatórios e projetos desenvolvidos no âmbito da municipalidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: As despesas com diárias de viagens quando a

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS
53
FOLHA

DA RESCISÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: A qualquer das partes que der motivo à rescisão do presente contrato, ou que descumprir qualquer uma de suas cláusulas, ficará sujeito à multa de 10% (Dez por cento) sobre seu valor pagável de uma vez, em cima do valor total do contrato, no ato da rescisão.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, sema incidência de ônus, nas hipóteses dos artigos 137 e 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

PARAGRAFO ÚNICO: Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções do artigo 139, inciso III da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

DO FORO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: De comum acordo, fica eleito o Foro da Comarca de Goiatins, Estado do Tocantins, para dirigir as dúvidas oriundas do presente contrato, excluindo qualquer, outro, por mais privilegiado que seja.

Campos Lindos - TO, 03 de Janeiro de 2025.

ISALENE RAMOS TORRES:97603309115

Assinado de forma digital por ISALENE RAMOS TORRES:97603309115

CONTRATANTE: ISALENE RAMOS TORRES
Vereadora Presidente

ANA PRICILA SANDES MARTINS:04351814160

Assinado de forma digital por ANA PRICILA SANDES MARTINS:04351814160

CONTRATADO: ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME
CNPJ: 40.570.360/0001-43

TESTEMUNHAS:

1ª - _____
CPF:

2ª - _____
CPF:

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS
54
FOLHAS

CERTIDÃO

CÂMARA MUN. DE CAMPOS
55
FOLHAS
TO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
40.570.360/0001-43 **MATRIZ**		**26/01/2021**

NOME EMPRESARIAL
40.570.360 ANA PRICILA SANDES MARTINS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
58.19-1-00 - Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos
61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
82.19-9-01 - Fotocópias
95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
58.12-3-02 - Edição de jornais não diários
58.12-3-01 - Edição de jornais diários
59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
85.99-6-03 - Treinamento em informática
74.20-0-01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
10 R RUA RUI BARBOSA	**248**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.880-000	**CENTRO**	**XAMBIOA**	**TO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ANAPRISCILLA12@HOTMAIL.COM	**(63) 9910-6793**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**26/01/2021**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Empresário(a)

Nome Civil
ANA PRICILA SANDES MARTINS

CPF
043.518.141-60

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
56
FOLHAS

CNPJ
40.570.360/0001-43

Data de Abertura
26/01/2021

Nome Empresarial
40.570.360 ANA PRICILA SANDES MARTINS

Capital Social
5.000,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
26/01/2021

Endereço Comercial

CEP
77880-000

Logradouro
10A RUA RUA RUI BARBOSA

Número
248

Bairro
CENTRO

Munícipio
XAMBIOA

UF
TO

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	26/01/2021	-

Atividades

Forma de Atuação
Internet

Ocupação Principal
Técnico(a) de manutenção de computador independente

Atividade Principal (CNAE)
9511-8/00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

Ocupações Secundárias
Editor(a) de jornais não diários independente
Fotocopiador(a) independente
Instrutor(a) de informática, independente
Editor(a) de lista de dados e de outras

Atividades Secundárias (CNAE)
5812-3/02 - Edição de jornais não diários
8219-9/01 - Fotocópias
8599-6/03 - Treinamento em informática
5819-1/00 - Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos

Técnico(a) de manutenção de telefonia ndependente	9512-6/00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação
Editor(a) de jornais diários independente	5812-3/01 - Edição de jornais diários
Instalador(a) de rede de computadores, independente	6190-6/99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
Comerciante independente de equipamentos de telefonia e comunicação	4752-1/00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
Digitador(a) independente	8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
Editor(a) de vídeo, independente	5912-0/99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
Comerciante independente de equipamentos e suprimentos de informática	4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
Técnico(a) de manutenção de eletrodomésticos independente	9521-5/00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
Filmador(a) independente	7420-0/04 - Filmagem de festas e eventos

CÂMARA MUN. DE CAMP
57
FOLHAS

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado.

Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CÂMARA MUN. DE CAMPOS
59
FOLHAS


MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição
043.518.141-60

Nome
ANA PRICILA SANDES MARTINS

Nascimento
29/12/1993


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.096.094

DATA DE EXPEDIÇÃO 08/02/2008

NOME
ANA PRICILA SANDES MARTINS

FILIAÇÃO
MANOEL BARROS MARTINS
MARIA DAS DORES CARREIRO SANDES

NATURALIDADE
PASTOS BONS-MA

DATA DE NASCIMENTO
29/12/1993

DOC. ORIGEM
Cert. Nasc. Nº 15.865, Lv A-17, Fls 117, Exp.12/11/1999
Pastos Bons -MA - Cart. do 2º Ofício

CPF

DIRETOR

29022

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão
6251270

Validador
47463833521098956636059757889

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

CÂMARA MUN. DE CAMPOS - TO
60
FOLHAS

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIAL: ANA PRICILA SANDES MARTINS 04351814160

CNPJ : 40.570.360/0001-43 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO: RUA RUI BARBOSA, 248, CENTRO - ZONA URBANA

MUNICÍPIO: XAMBIOA - TO

FINALIDADE:
LICITAÇÃO

HISTÓRICO:
NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiiiza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Segunda-feira, 30 de Dezembro de 2024 - 09h 01m 46s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

CÂMARA MUN. DE CAMA
61
FOLHAS

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E/OU RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

N. 90aa67ef

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

40.570.360 ANA PRICILA SANDES MARTINS

CNPJ n. 40.570.360/0001-43

Certidão emitida em: 30/12/2024, às 08:57:56 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;

b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;

c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.

d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.

e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;

f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj

g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

CÂMARA MUN. DE CAMPO
62
FOLHAS

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

ste relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas retamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do sultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social a Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do rasil.

onsulta realizada em: 30/12/2024 09:03:44

nformações da Pessoa Jurídica:
Razão Social: **40.570.360 ANA PRICILA SANDES MARTINS**
CNPJ: **40.570.360/0001-43**

Resultados da Consulta Eletrônica:
Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (30/12/2024 às 09:03) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 40.570.360/0001-43.

CÂMARA MUN. DE CAM
63
FOLHA

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6772.8BFB.155B.A187 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CÂMARA MUN. DE CAMPO
64
FOLHAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 40.570.360 ANA PRICILA SANDES MARTINS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 40.570.360/0001-43
Certidão nº: 86991415/2024
Expedição: 18/12/2024, às 10:05:57
Validade: 16/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **40.570.360 ANA PRICILA SANDES MARTINS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **40.570.360/0001-43, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CÂMARA MUN. DE CAMPO
65
FOLHAS
TO

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 40.570.360/0001-43
Razão Social: ANA PRICILA SANDES MARTINS 04351814160
Endereço: RUA RUI BARBOSA 248 / CENTRO / XAMBIOA / TO / 77880-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/12/2024 a 15/01/2025

Certificação Número: 2024121701445598944216

Informação obtida em 30/12/2024 09:00:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

AV E QD. 08 - SETOR LESTE
XAMBIOA - ESTADO DE TOCANTINS - CEP: 77880-000

CÂMARA MUN. DE CAMPO
66
FOLHAS
TO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Prazo de Validade: até 29/02/2025

CONTROLE: ZCWISSN7GCOE7KFO
FINALIDADE: Licitacao

Certificamos que até a presente data não constam débitos **do contribuinte de inscrição nº 3222, A**
CILA SANDES MARTINS 04351814160 CNPJ nº 40.570.360/0001-43 com o Nome de Fantasia sendo
INFORMATICA situado à RUA RUI BARBOSA nº 248 CENTRO em XAMBIOA - TO, conform
statamos verificando os arquivos da Fazenda Pública Municipal.

Ficam ressalvados todavia, os direitos da mesma fazenda pelas omissões ou quaisquer irregularidad
venham a ser verificadas posteriormente, mesmo no período de validade desta certidão.

Esta certidão é emitida eletronicamente, e deverá ser validada para a confirmação da sua autenticida
endereço eletrônico https://xambioa.7focus.inf.br/xambioa/portal-servicos. Qualquer rasura ou eme
alidará este documento.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefei
nicipal de XAMBIOA.

MUNICÍPIO DE XAMBIOA, Quinta-feira, 30 de dezembr
2025

CÂMARA MUN. DE CAMA
67
FOLHAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBIOA

ESTADO DE TOCANTINS

FICHA DE CADASTRO DE CONTRIBUINTE

	Nome/Razão Social	Início Atividades
3222	**ANA PRICILA SANDES MARTINS 04351814160**	27/01/202

RUI BARBOSA 248 nº 0 Lt.CENTRO

oa	Sexo	Estado Civil	CPF/CNPJ	Identidade
lica	Masculino	Solteiro	40.570.360/0001-43	

ntasia	Inscrição Estadual
Y INFORMATICA	

vidade	Atividade principal
ercial	69206013 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE

ividades

500 INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELETRICA
599 OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICACOES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
603 TREINAMENTO EM INFORMATICA

ável

A PRICILA SANDES MARTINS 04351814160

o

A RUI BARBOSA 248 nº 0 Lt.CENTRO

r

- Contribuinte eventual
- Publicidade no local
- Escrituração contábil
- Pode usar nota consorciada

Observações

ade empregados	Quantidade sócios	Tributos que recolhe	Metragam do local
	0	ISSQN e Taxas	0,00

ão anterior	Situação
	Ativo

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
68
FOLHAS

UCETINS

Governo do Estado do Tocantins
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Tocantins

Simplifica TOCANTINS

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

ne Empresarial: 40.570.360 ANA PRICILA SANDES MARTINS **E :** 17801356223 **ureza Jurídica:** Empresário (Individual)	**Protocolo:** TOC2402216479

RE (Sede) 801356223	**CNPJ** 40.570.360/0001-43	**Arquivamento do Ato de Inscrição** 26/01/2021	**Início de Atividade** 26/01/2021

dereço Completo
a Rua RUA RUI BARBOSA, Nº 248, CENTRO-Xambioá/TO- CEP77880-000

ojeto
ERVICOS DE REPARACAO E MANUTENCAO EM COMPUTADORES E PERIFERICOS - TECNICO DE MANUTENCAO DE COMPUTADOR DEPENDENTE. COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO - COMERCIANTE DEPENDENTE DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO. COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E UPRIMENTOS DE INFORMATICA - COMERCIANTE INDEPENDENTE DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA. SERVICOS DE GITACAO DE DOCUMENTOS - DIGITADOR INDEPENDENTE. SERVICO DE EDICAO DE JORNAIS DIARIOS - EDITOR(A) DE JORNAIS DIARIOS DEPENDENTE. SERVICO DE EDICAO DE JORNAIS NAO DIARIOS - EDITOR(A) DE JORNAIS NAO DIARIOS INDEPENDENTE. SERVICO DE DICAO DE LISTAS DE DADOS E DE OUTRAS IN

apital $ 5.000,00 (cinco mil reais)	**Porte** MEI (Micro Empreendedor Individual)

ltimo Arquivamento **ata** 3/02/2023	**Número** 20230116221	**Ato/eventos** 223 / 223 - BALANCO	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

ome do Empresário: ANA PRICILA SANDES MARTINS
dentidade:
096094
stado civil:
ÃO INFORMADO

CPF:
043.518.141-60
Regime de bens:
NÃO INFORMADO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 25/04/2024, às 12:36:18 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.simplifica.to.gov.br**, com o código **IGCRNPLW**.
Erlan Souza Milhomem
Secretário(a) Geral

ESTADO DO TOCANTINS

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS
69
FOLHAS
TO

ORDEM DE SERVIÇO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

Pela presente ordem de serviços a Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, através de sua Vereadora Presidente a Senhora ISALENE RAMOS TORRES, AUTORIZA o início da prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente, junto a empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, adjudicatária da licitação na modalidade de Dispensa de Licitação n.º 004/2025.

Integram e completam a presente ordem de serviços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas neste Processo de Dispensa de Licitação n.º 004/2025.

A presente ordem de serviços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e legislação pertinente e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Campos Lindos - TO, aos 03 dias do mês de Janeiro de 2025.

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2025 - UNIDOS POR UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
70
FOLHAS

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025.

O agente de contratação da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a artigo 175 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

D E C L A R A:

Para fins de direito, que foi feita a publicação do contrato de prestação de serviços nº 006/2025 e da dispensa de licitação nº. 004/2025, que teve como objetivo e a prestação de serviços de implantação, treinamento e locação de direito de uso de sistema informatizado para estruturação da impressa Oficial (Diário Oficial eletrônico) da Câmara Municipal, conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024 e de dados sempre que necessário, conforme a Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 (lei de acesso à informação), em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente, junto a empresa ANA PRICILA SANDES MARTINS - ME, inscrita no CNPJ: 40.570.360/0001-43, estabelecida na Rua Rui Barbosa nº 248, CEP: 77.880-000, Centro, no Município de Xambioá - TO, foi devidamente publicado no Site Oficial da Câmara Municipal: www.camposlindos.to.leg.br, e Placard Oficial deste Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - TO, e no lugar de costume conforme previsto na Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Sala da Comissão de contratação da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aos 03 dias do mês de Janeiro de 2025.

VER. CLAILTON SOARES MACHADO